



Senado discute ampliação dos direitos e valorização da mulher

Discursos lembram o Dia Internacional da Mulher, ocorrido na terça-feira, e pedem ações e leis que ampliem as oportunidades no trabalho e na política, além de medidas concretas para combater a violência de gênero

Waldemir Barreto/Senado Federal



Gleisi Hoffmann, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Marinor Brito, Marisa Serrano, Lidice da Mata, Ana Rita e Ângela Portela, na solenidade de posse: mulheres são pouco mais da metade da população brasileira, mas no Senado elas somam menos de 15% das cadeiras. Maior representação política é uma das principais reivindicações femininas

As homenagens ao Dia Internacional da Mulher, celebrado na terça-feira, deram lugar ontem em Plenário a discursos em que os senadores destacaram

a importância de o Brasil fortalecer iniciativas para a igualdade de oportunidades em todos os campos, especialmente na representação política e no mercado de trabalho.

Também foram defendidas nos discursos medidas que reforçam as leis de combate à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, em vigor desde 2006. **3**

Evolução da renda sob Lula foi fraca, diz Alvaro **4**

Mudança na data de posse é consenso **2**

Gerardo Magela/Senado Federal



Senador pede solução rápida para Código Florestal

Valdir Raupp elogia criação de grupo de negociação na Câmara, mas adverte que demora causa prejuízos. **4**

Valdir Raupp (E), Randolfe Rodrigues e Mozarildo Cavalcanti durante a sessão de ontem em Plenário

Wellington Dias, membro da Comissão de Reforma Política, diz que todos criticam o 1º de janeiro, mas que ainda não há consenso sobre qual dia seria o mais apropriado

Nova data para posse de presidente é unanimidade

O SENADOR WELLINGTON Dias (PT-PI) acredita que os senadores da Comissão de Reforma Política, de forma unânime, consideram 1º de janeiro o pior dia do ano para a posse de presidente da República, governadores e prefeitos. Mas, quando se trata de definir uma data mais adequada, diz ele, começam as divergências.

– Acho que poderíamos trabalhar com o dia 31 de dezembro ou o dia útil seguinte, que é o dia 2 de janeiro. Qualquer outra mudança pode ser apenas um artifício – disse.

O tema será analisado em reunião da comissão marcada para o próximo dia 15 e será o segundo item da agenda, após o debate sobre suplência de senador.

Wellington também defende que a posse de presidente seja em dia diferente da dos governadores. Ele acredita que a comissão chegará a um entendimento sobre o tema, por não se tratar “de nada da essência da política e sim da comodidade de quem quer participar da posse”.



31 de dezembro ou 2 de janeiro são as sugestões de Wellington Dias

– Creio que quanto mais cedo, melhor, porque não se trata só de uma festa da posse. É, na verdade, o início de uma gestão, com orçamento, balanços e de outros regramentos. Aquele gestor começa a assumir responsabilidades e o outro encerra suas responsabilidades – afirmou Wellington.

Já tramita no Senado uma pro-



Sarney é autor de PEC que muda para 10 de janeiro a posse presidencial

posta de emenda à Constituição (PEC 1/11) do senador José Sarney (PMDB-AP) que altera para 10 de janeiro a data da posse do presidente e para o dia 5 as posses dos governadores. Ele argumenta que a posse em 1º de janeiro obriga a população a “desviar sua atenção da comemoração de um dia universal para um ato político”.

Site recebe sugestões sobre sistema eleitoral

Para ampliar a participação da sociedade na reforma política em exame no Congresso, a Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop) criou um espaço em sua página na internet para que os cidadãos possam enviar sugestões de mudança no sistema eleitoral brasileiro.

Os internautas são chamados a opinar sobre os 11 temas em discussão na Comissão de Reforma Política: sistemas eleitorais; financiamento eleitoral e partidário; suplência de senador; filiação partidária e domicílio eleitoral; coligações; voto facultativo; data da posse dos chefes do Executivo; cláusula

de desempenho; fidelidade partidária; reeleição e mandato; e candidato avulso.

Formada por 15 parlamentares, a comissão deverá concluir os trabalhos até o dia 8 de abril. Na primeira reunião, os senadores aprovaram um calendário com as datas de discussão de cada tema.

Proposta fixa prazo para indicação de magistrado

Além da iniciativa do senador José Sarney que altera a data de posse do presidente da República e dos governadores, já foram apresentadas este ano outras cinco propostas de emenda à Constituição sobre diversos temas.

Proposta (PEC 4/11) de Marisa Serrano (PSDB-MS) fixa prazo de 20 dias para que o presidente da República indique autoridades judiciárias para postos vagos. O objetivo é evitar que posições relevantes e estratégicas no Judiciário permaneçam vagas por longo tempo, com prejuízo para o desempenho das cortes.

A PEC 2/11, de Gilvam Borges (PMDB-AP), restabelece o adicional por tempo de serviço na remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público. Com igual teor e acrescentando as carreiras da Advocacia e da Defensoria Pública, Gilvam também apresentou a PEC 5/11, que exclui dos limites cumulativos fixados no inciso XI do artigo 37 e no parágrafo 11 do artigo 40 da Constituição os proventos das aposentadorias concedidas até a eventual promulgação da emenda.

Outra proposta (PEC 3/11),

de iniciativa de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), facilita a apresentação de projetos de iniciativa popular. Atualmente, é necessário que projetos dessa natureza tenham o apoio de pelo menos 1% dos eleitores, algo em torno de 1,3 milhão de assinaturas. Com a mudança prevista na PEC, o percentual diminui para 0,5% dos votos válidos na última eleição para deputado federal, cerca de 490 mil assinaturas.

Também de Rollemberg é a PEC 6/11, que inclui entre os direitos sociais o acesso à internet.

Sancionada lei criando semana de busca de desaparecidos

A presidente Dilma Rousseff sancionou, na semana passada, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 108/10, apresentado pelo ex-deputado Roberto Alves, que institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida, de 25 a 31 de março.

A presidente da República também sancionou o PLC 180/10, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que declara 2011 o Ano da Holanda no Brasil. A homenagem será realizada por ocasião da comemoração, em abril deste ano, do centenário da chegada de imigrantes holandeses ao município paranaense de

Carambéi.

Outros dois projetos sancionados na semana passada foram o PLC 215/09, do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), que confere ao município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, o título de Berço da Colonização Alemã no Brasil; e o PLC 36/10, do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que inscreve no Livro dos Heróis da Pátria os nomes de João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manuel Faustino Santos Lira e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, heróis da Revolta dos Búzios, ocorrida em 1798 na capital baiana.

Rádio Senado debate plantio de árvores como investimento

Plantar árvores nobres para fornecer madeira para a indústria moveleira. Esse é o projeto do engenheiro agrônomo Ivo Bogdan, o entrevistado de hoje do programa *Sintonia Ambiental*, da Rádio Senado Ondas Curtas, que vai ao ar toda quinta-feira, às 7h, com reprise aos domingos, dentro do programa *O Senado é mais Brasil*.

Durante 27 anos, Bogdan foi diretor técnico da Cooperativa dos Cafeicultores de Poços de Caldas (MG). Agora, depois de aposentado, ele decidiu se dedicar à geração de mudas e ao cultivo das árvores nativas

que produzem as chamadas “madeiras de lei”.

O termo madeira de lei é utilizado desde a época do Brasil Colônia, quando as árvores que produziam madeira nobre, de qualidade, só podiam ser derrubadas com autorização do governo de Portugal. A madeira de lei tem coloração escura e forte resistência a oscilações de temperatura e ataque de insetos. Atualmente, essa classificação é mais ligada ao seu valor comercial.

A Rádio Senado Ondas Curtas transmite em 5.990 kHz, faixa de 49 metros.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não terá votações

14h A sessão plenária de hoje é não deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos. Entre os inscritos, estão Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Vicentinho Alves (PR-TO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

CDH Planejamento de trabalho

9h Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o cronograma para o biênio 2011/2012.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gleisi Hoffmann • Pedro Taques • Randolfe Rodrigues • Mozarildo Cavalcanti • Ana Amélia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Plenário debate ampliação dos direitos da mulher

Ampliação dos direitos, maior representação política e leis que combatam com maior eficácia a violência de gênero foram defendidas pelos senadores, ao comentar ontem o Dia Internacional da

Mulher (8 de março). Gleisi Hoffmann pediu maior rigor na punição aos agressores de mulheres. Aloysio Nunes Ferreira lembrou a pioneira Zuleika Alambert. Randolfe Rodrigues lamentou a discriminação no mercado

de trabalho. Valdir Raupp destacou a presença feminina nas Mesas do Senado e da Câmara. E Mozarildo Cavalcanti citou os nomes de Dilma Rousseff e das ministras Ellen Gracie e Cármen Lúcia, ambas do STF.



Gleisi Hoffmann pede apoio para comitê do Senado contra assédio moral e sexual

Gleisi quer impedir suspensão de pena relativa à Lei Maria da Penha

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu ontem a aprovação de projeto seu (PLS 49/11) que altera a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95) para proibir a aplicação da suspensão condicional nos casos de crimes regidos pela Lei Maria da Penha. Ela prestou homenagem às mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Gleisi explicou que teve a ideia de propor o projeto depois de a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter decidido que os processos envolvendo a Lei Maria da Penha podem ser suspensos condicionalmente.

— É justamente contra esse entendimento que apresentamos o projeto, porque ele pretende clarificar, na própria Lei dos

Juizados Especiais, a impossibilidade de suspensão de penas privativas de liberdade aplicadas no âmbito da Lei Maria da Penha — afirmou.

A proposta da senadora tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e espera o parecer da relatora, Marta Suplicy (PT-SP). Gleisi espera que o projeto seja votado na CCJ até o próximo dia 17 de março.

Ela também pediu apoio para aprovação de outro projeto seu, o PRS 6/11, que cria, no âmbito do Senado, o Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral e Sexual. Na opinião da senadora, a criação desse comitê fará do ambiente de trabalho do Senado um exemplo para todas as casas legislativas do país.

Para Mozarildo, Dilma presidente é motivo de orgulho

As mulheres brasileiras devem sentir orgulho de ver no cargo máximo do país uma mulher, a presidente da República Dilma Rousseff, disse ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele apontou ainda as duas ministras do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie e Cármen Lúcia, para mostrar o avanço da mulher no Judiciário, e citou a desembargadora Tânia Vasconcelos, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

Mozarildo lamentou a pequena participação feminina no Legislativo e relatou a dificuldade, como presidente do PTB de seu estado, de conseguir mulheres para preencher a cota mínima



Senador lamenta apenas a falta de interesse das mulheres pela política

de 30% de candidatas.

— O que acontece é que as mulheres se interessam pouco pela política — afirmou, homenageando as senadoras, na pessoa de Ângela Portela (PT-RR), e as servidoras do Senado, na pessoa da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Aloysio: grau de respeito define uma sociedade

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que as conquistas das brasileiras pertencem “ao conjunto da sociedade, porque o índice de desenvolvimento, de liberdade e de civilidade de um país, de uma sociedade, é medido pelo grau de respeito, de autonomia, de poder que têm suas mulheres”.

Ele lembrou o papel das mulheres na luta pela redemocratização, citando Therezinha Zerbini, que dirigia o comitê pela anistia, e também Zuleika

Alambert, uma das primeiras mulheres a exercer mandato legislativo em São Paulo. Zuleika foi deputada estadual na Constituinte Paulista de 1947 pelo PCB e ocupou o cargo até que seu partido fosse colocado na ilegalidade.

Mais tarde, Zuleika passou a se interessar pela luta pela emancipação da mulher e tornou-se uma militante feminista. O senador informou que pretende apresentar o nome dela como candidata a receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

O senador lembrou que “seções sindicais de mulheres levantavam, no ambiente do trabalho, o tema da luta pela igualdade de salários com condições de trabalho iguais”.

Aloysio considerou paradoxal, no entanto, a atual escassez de mulheres nos órgãos de direção do movimento sindical. O senador propôs que, respeitando-se a autonomia dos sindicatos, se estabeleça algum tipo de regramento para facilitar a ascensão das mulheres no mundo sindical.



Aloysio Nunes Ferreira saúda as mulheres e lembra Zuleika Alambert, pioneira paulista da luta pelos direitos femininos

Raupp destaca presença nas Mesas diretoras

Valdir Raupp (PMDB-RO) cumprimentou as brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher na terça-feira. Ele destacou que, pela segunda vez, a Vice-Presidência da Casa é ocupada por uma senadora, Marta Suplicy (PT-SP), função que já foi desempenhada pela ex-senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) na legislatura passada. O mesmo, enfatizou, ocorre na Câmara, com a eleição da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) para cargo correspondente.

O senador destacou ainda a eleição de Roseana Sarney (PMDB) e Rosalba Ciarlini (DEM) como governadoras e da primeira mulher para presidir o país, Dilma Rousseff. Desejou, ao final de seu discurso, que a representatividade feminina continue crescendo.

Randolfe critica discriminação no mercado de trabalho

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou o fato de que, mesmo com avanços, como a Lei Maria da Penha, há muito a fazer para superar a discriminação contra a mulher. Ele citou vários dados para demonstrar que a mulher ainda é prejudicada no mercado de trabalho, simplesmente por uma questão de gênero.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), disse Randolfe, aponta que as mulheres, mesmo tendo mais anos de

estudo e trabalhando mais horas, continuam a receber menos que os homens. O salário médio da mulher precisaria subir 38% no Brasil para se igualar ao dos homens. A massa salarial das mulheres não chega a 40% do total no Brasil, afirmou o senador.

Além disso, Randolfe ressaltou a baixa representação política das mulheres, lembrando que elas compõem 50% da população.

— Em cada uma das Casas do nosso Congresso deveríamos ter, proporcionalmente, essa representação — declarou o parlamentar, para quem não adianta assegurar a cota de 30% de participação partidária se as mulheres não têm assento garantido nos conselhos decisivos, como as convenções dos partidos.

Randolfe classificou de chocantes os dados de pesquisa da Fundação Perseu Abramo, divulgada em fevereiro, segundo a qual cinco mulheres são agredidas violentamente no país a cada dois minutos.



Randolfe Rodrigues cita dados do Ipea e da Fundação Perseu Abramo

Marisa propõe comissão para avaliar projetos

Marisa Serrano (PSDB-MS) propôs, em requerimento, a criação de uma comissão temporária que reúna as melhores propostas de interesse das mulheres em tramitação no Sena-

do e na Câmara, para acelerar sua tramitação e votação.

A comissão seria composta por cinco titulares e cinco suplentes e teria 90 dias para concluir seu trabalho.

— A ideia é que [os projetos] sejam analisados e tenham andamento mais rápido. No Senado, existem mais de 32 propostas entre decretos legislativos, emendas à Constituição,

projetos da Câmara e do Senado, projetos de resolução e requerimentos de interesse das mulheres — disse a senadora, em entrevista ao programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado.

Alvaro Dias reproduz alerta de economista do Ipea sobre reais perigos do problema fiscal herdado por Dilma



Gabinete do Senador/Senado Federal

Evolução da renda com Lula foi muito fraca, diz Alvaro

Senador cita estudo feito por professor da UFRJ, classificando o ex-presidente como o 19º na história em resultados econômicos positivos para poder de compra da população

NOS GOVERNOS DE Luiz Inácio Lula da Silva, a evolução da renda no Brasil caracterizou-se pelo fraco desempenho para os padrões históricos, muito fraco quando comparado com outros presidentes e um retrocesso relativo no conjunto da economia mundial. O país também foi fortemente atingido pela crise global em 2009. Essas são as conclusões de estudo do economista Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo resumo foi lido, ontem, pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), em Plenário.

O professor da UFRJ avaliou que, dos 29 presidentes que o Brasil teve desde a Proclamação da República, Lula ocupa a 19ª

posição quanto ao crescimento da renda. Com relação à participação do Brasil no produto interno bruto (PIB) mundial, usando os dados de paridade de poder de compra, Reinaldo Gonçalves apurou que a participação média do Brasil em 2001-2002 manteve-se a mesma em 2009-2010: 2,90%.

– O que retrata o estudo realizado é o oposto do que se pretendeu alardear, quando o governo falava em espetáculo do crescimento. Na realidade, o que houve foi o desperdício de oportunidades, quando a economia mundial viveu um grande momento. O mundo todo cresceu de forma significativa e o país desperdiçou a oportunidade de

crescer – afirmou Alvaro Dias.

O senador também comentou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, com um alerta feito pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Mansueto Almeida: o governo Dilma Rousseff herdou um problema fiscal mais sério do que aquele que motivou um corte de R\$ 50,1 bilhões no Orçamento de 2011. Segundo o economista, a causa seria a maquiagem das contas de 2010, estratégia repetida desde 2003.

Em aparte, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) declarou que o Brasil vem mostrando índices “animadores”, continua atraindo o capital produtivo e novos investimentos para o país.



Paulo Mumin/Riotur

Bloco carnavalesco desfilou pelas ruas do Rio, na sexta-feira, cantando o samba *Pai dos Aposentados*, em referência a Paim

Paim é tema de enredo em bloco de aposentados

Durante homenagem que recebeu do Bloco dos Aposentados, na sexta-feira passada, no Rio de Janeiro, o senador Paulo Paim (PT-RS) mandou um recado à cúpula dos três Poderes: “Queremos uma política de valorização dos aposentados e pensionistas e também construir uma alternativa ao fator previdenciário”. Paim ocupou a tribuna do Plenário nessa Quarta-Feira de Cinzas para contar sua experiência como tema do enredo do bloco.

Segundo o senador, milhares de senhores e senhoras entre 60 e 80 anos desfilarão pelas ruas do centro do Rio, cantando o samba *Pai dos Aposentados*. Paulo Paim contou que muitos perguntaram a ele como ficaria



Paim se encontra hoje com ministro da Previdência para discutir aposentadorias

a situação dos aposentados e pensionistas.

– Respondo que a presidente Dilma Rousseff abrirá as discussões sobre o reajuste dos aposentados e pensionistas e sobre o fator previdenciário.

Na sexta-feira [amanhã], ela se reunirá com as centrais sindicais e com certeza o assunto será discutido. Na quinta [hoje], eu participo de uma audiência com o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, para tratarmos do fator previdenciário – informou Paim.

Em apartes, vários senadores cumprimentaram Paim pela homenagem e reforçaram o compromisso de trabalhar em defesa dos aposentados e pensionistas. Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a elaboração de uma alternativa ao fator previdenciário. Ana Amélia (PP-RS) pediu apoio ao seu projeto, o PLS 76/11, que prevê isenção de Imposto de Renda para aposentados pelo INSS com mais de 60 anos.

Raupp quer solução rápida para o Código Florestal

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, pela criação de uma câmara de negociação para debater o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) sobre a reforma do Código Florestal com representantes de ambientalistas e ruralistas.

Ele defendeu uma decisão rápida, dado que, na sua opinião, o país sofre prejuízos com a demora de uma solução definitiva para a questão.

– Reconheço a polêmica em torno do assunto. As partes têm motivo de sobra para defender seus interesses, e os resultados obtidos tendem a ter mais valor e duração. O país tem urgência em resolver o impasse, pois o custo da indefinição se reflete no cotidiano de milhões de brasileiros – argumentou.

Para Raupp, a Amazônia deveria reduzir o desmatamento em 81%.

Já os pequenos produtores não deveriam ser penalizados com a obrigatoriedade de reflorestamento da área de reserva legal, uma vez que estão preocupados em garantir a sobrevivência familiar.

Anacronismo

Raupp destacou que o código (Lei 4.771/65) é de 1965 e se manteve inalterado durante 20 anos.

As mudanças propostas na Medida Provisória (MP) 2.166/01 nunca foram votadas.

Para ele, a legislação está defasada e contraria interesses de diversos setores produtivos.



José Varella/Senado Federal

Raupp admite que mudanças são polêmicas, mas cobra urgência

O senador recorreu a análise do consultor legislativo do Senado Joldes Muniz Ferreira, segundo o qual as diversas reformulações do código criaram crescentes restrições para a manutenção e utilização da cobertura vegetal.

Essas restrições, diz o consultor, tiveram impactos sobre a atividade agropecuária, o aproveitamento do solo urbano e os grandes projetos de infraestrutura relacionados à geração de energia e à expansão da malha rodoviária.

– Os problemas relacionados à preservação ambiental, de um lado, e as multifacetárias necessidades dos setores produtivos, por outro, estão ambos a reclamar por um aparato legal atualizado e condizente com os interesses nacionais. Isso não é tudo, pois os fortes litígios havidos entre o Ministério Público e o Poder Executivo, nos três níveis da Federação, mostram que é passada a hora de definir uma nova legislação – defendeu.

Crivella pede mais empenho na prevenção de desastres naturais

Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu mais empenho das autoridades para obras e ações preventivas de desastres naturais. Ele citou o caso da cidade de Itálva (RJ), que desde 2005 já teve prejuízos ocasionados pelas chuvas da ordem de mais de R\$ 73 milhões.

Com 14 mil habitantes e orçamento anual de R\$ 28 milhões, Itálva enfrentou sete enchentes entre 2005 e 2010, segundo o senador. Por situações parecidas, acrescentou, passam centenas de municípios em todo o país.

Segundo Crivella, as obras de recuperação desses municípios exigem milhões de reais em recursos públicos, dinheiro que poderia ser aplicado em outras áreas se as ações de prevenção fossem eficazes.

– Como podemos falar de desenvolvimento com essa sangria? Dinheiro público que teria que ser aplicado em educação, saúde, obras, meio ambiente, por causa dos desastres, passa a ser aplicado em reconstrução, sem sucesso, pois, sem obras de prevenção, estamos apenas “enxugando gelo”.

Para o senador, é obrigação das

autoridades brasileiras realizar obras de prevenção para “evitar que os mesmos rios transbordem, as mesmas encostas desabem, as mesmas pontes se despedacem e as mesmas populações, em área de risco, sejam destruídas sem ao menos poderem sair enquanto dure a tempestade”.

Crivella apoiou a ideia de criação de uma comissão externa do Senado para acompanhar as ações e os projetos de prevenção a desastres naturais por todo o país.



Senador apoia criação de comissão externa para acompanhar obras